

Editorial

Este número da revista emerge sobre o signo da cultura declinado em três tempos: a cidade como cultura e a cidade espectáculo promovida deliberadamente pelas políticas urbanas, a cidade multicultural fruto das transformações que emergem com os movimentos migratórios e, finalmente, a cidade como qualidade de vida, numa interacção permanente entre as “condições objectivas” e a diversidade da percepção das suas condições de vida realizada pela população residente.

De facto, após longas décadas de crescimento quantitativo das cidades – e com o apaziguamento das pressões demográficas – a cidade tende a virar-se para si própria e para os seus espaços mais degradados e abandonados tentando encontrar novos sentidos capazes de a destacar na competitividade interna e externa. As actuais recomposições urbanas, evidenciadas pela densidade de alguns espaços a par da extensão de novos espaços de suburbanização, traduzem-se também pela mudança formal e arquitectónica e pelo desenvolvimento de grandes equipamentos comerciais ou outros de efeito estruturante. É grande a competição entre os municípios para acolher as actividades inovadoras, os grandes parques de ciência, ou os complexos desportivos, culturais ou comerciais, o que reflecte a importância dos equipamentos estruturantes nas estratégias de desenvolvimento territorial. O processo de metropolização, no entanto, manifesta-se por um processo de repartição da população e dos empregos, estruturado numa relação complexa centro-periferia onde predomina facilmente o policentrismo mas onde a estratificação e a hierarquização dos espaços e das populações se acentua.

Esses grandes equipamentos são supostos também fixar determinados estratos populacionais e influenciar a restante vida urbana. Assim, a qualificação da cidade é hoje uma temática omnipresente muito particularmente quando estão em questão os centros urbanos. A transformação das cidades centrais e, sobretudo, dos centros históricos de quase todas as cidades, interroga o papel que esses lugares de memória podem ter face a fenómenos como a inovação urbana, a competição com

as novas centralidades, a revalorização de espaços urbanos modernos, a multiculturalidade crescente dos cidadãos e dos modos de vida, enfim, a transformação arquitectónica, cultural e política da cidade moderna.

É assim, que as temáticas mais qualitativas da cultura na cidade e da qualidade de vida, reemergem com vigor numa tentativa de chamada de atenção para os espaços e para as pessoas. A *culturalização* da cidade não é, no entanto, apenas visível nos mega acontecimentos mas na própria cidade em si: pretende-se transformar a cidade em espectáculo com recurso aos grandes projectos de responsabilidade de arquitectos de nomeada que quanto mais “modernistas” mais atraem. Tudo isso se passa num momento de diversificação das culturas urbanas fruto de fenómenos migratórios cada vez mais diversificados quer social quer culturalmente. A cidade tem lugares para todos, mas em circunstâncias bem diferentes e com condições de acesso aos recursos muito desiguais.

Este número da revista aprofunda estas transformações quer do ponto de vista da cidade em si quer do ponto de vista dos habitantes, neste caso de dois grupos, ciganos e emigrantes de leste. Como sempre, a “unidade” deste caderno é sempre dos organizadores de cada número da revista pois as dificuldades de investigação em ciência sociais em Portugal não permite a prossecução coerente de linhas de pesquisa aprofundadas que correspondam à permanência dos interesses dos investigadores e propiciem assim aos organizadores uma coerência temática muito unificada.

Os dois artigos iniciais de Abel Albet e de Francesc Muñoz reflectem a *culturalização* e a *festivalização* da cidade de dois pontos de vista diferentes mas próximos. Como escreve Abel Albeti neste número, “As reflexões que, a partir da década de 1990 aparecem em torno da cultura como elemento de poder, abrem as portas à compreensão da sua importância na transformação que actualmente experimentam os espaços urbanos”. A partir da reflexão sobre as políticas urbanas em Barcelona o autor mostra como agentes públicos e privados tentam gerar a imagem da cidade cultural e

erudita escamoteando a conflitualidade e a desigualdade subjacente aos processos de apropriação do espaço metropolitano. Mas essa desigualdade não impede que Barcelona apresente uma coerente imagem “socialmente construída”, quer interna quer externamente, como apresentando uma boa qualidade de vida e gestão pública.

Na mesma continuidade, Francesc Muñoz aprofunda a “festivalização” da cidade para se referir ao desenvolvimento de políticas urbanas concebidas a partir da organização dos grandes eventos que tornam a cidade um conjunto articulado de imagens de fácil leitura, massificadas e de “pronto-a-vestir”.

O muito interessante e bem documentado artigo de Jean-Michel Léger e Gisela Matos sobre o conhecido Bairro da Malagueira em Évora, enfatiza a tentativa de Siza Vieira em usar o desenho para produzir um modo de vida e uma imagem simbólica que é antes de mais uma tentativa de reconciliação entre a apropriação privada e a apropriação pública do espaço urbano. Para além das várias apreciações do desenho urbano do bairro (para o qual abundam críticas e adesões), uma tese fica de pé: a arquitectura pretende ter impacte na imagem da cidade e nas formas individuais e familiares de apropriação das casas e do bairro.

O artigo de Alexandra Castro para além de tentar estabilizar o difícil recenseamento da população cigana que habita o território nacional interroga as formas de sedimentação e integração geográfica face a um modo de vida ainda itinerante para muitas famílias. Analisando sempre esta comunidade através do olhar do outro, a informação mais frequente é a de que a comunidade ainda é largamente nómada. Nessa procura de entendimento das formas de enraizamento territorial, a autora dá conta de forma um pouco chocante das dificuldades de acolhimento deste modo de vida relatando a diversidade das “políticas” municipais de acolhimento dos acampamentos ciganos.

Pedro Perista aprofunda uma outra realidade quer marcou de forma decisiva, repentina e recente as cidades portuguesas, de norte a sul do país: as imigrações do leste europeu. Centrado na informação obtida por questionário traça um retrato objectivo das características demográficas destes imigrantes. Apesar das razões económicas serem também elas as principais razões deste fluxo migratório, parecem estar bem patente a diversidade do “perfil social” deste grupo face a outros migrantes:

mais elevados níveis educacionais, a legalidade da permanência, o mais fácil agrupamento familiar (apesar da imigração recente cerca de 63% vive em Portugal com o cônjuge), etc.

O conceito de qualidade de vida e de qualidade de vida urbana, vai estar no centro de dois artigos. No ensaio, Teresa Costa Pinto discute aprofundadamente o conceito através de um número muito significativo de autores e de abordagens. Para além da clássica dicotomia da relação e interacção entre os níveis “objectivos” e “subjectivos” da qualidade de vida, a autora coloca sobre a mesa outras dicotomias interrogando a conceptualização da problemática da qualidade de vida a partir de uma “teoria das necessidades” ou de uma “teoria dos recursos” e enfatizando as consequências, quer no plano analítico, quer no metodológico, de uma ou outra opção. De facto, é importante ao nível da análise do espaço urbano perguntar se a qualidade de vida deve ser medida a partir das necessidades dos sujeitos ou dos recursos das sociedades ou mesmo se a reconciliação das abordagens é possível.

Alexandra Castro *et al.*, a partir deste quadro de análise operacionalizam o mesmo conceito para a análise dos diferentes níveis de qualidade de vida, através do *tipo de correspondência* entre aquilo que o território oferece (condições objectivas), a estrutura dos modos de vida, e as necessidades e expectativas das populações residentes em meio rural e urbano. O artigo apresenta sobretudo o percurso metodológico que permitiu operacionalizar o conceito de qualidade de vida assente na conjugação de dois outros conceitos fundamentais que o desdobram: *condições de vida e modos de vida*. O modelo conceptual e analítico proposto pretende funcionar como instrumento de apoio à gestão municipal do território, em particular no domínio do ordenamento.

A revista apresenta ainda a recensão crítica do livro de Michel Freitag, *Arquitectura e Sociedade* (2004) realizada por Teresa Sá. Trata-se de um pequeno livro, de grande densidade teórica, em que o autor analisa “o papel da arquitectura na sociedade, tendo como ideia central o desfasamento entre a arquitectura contemporânea, enquanto identidade formal ou estética, e a realidade urbanizada, que corresponde à construção real”.

Finalmente, e como já é tradição na Revista Cidades, oferecem-se, na rubrica respectiva, duas

bibliografias. A primeira organizada por Teresa Costa Pinto, dá conta da emergência do conceito de qualidade de vida e da sua evolução apresentando a diversidade das abordagens e os principais debates que ainda hoje se realizam sobre o conceito.

A segunda, da responsabilidade de Alexandra Castro, Joana Afonso e Luís Soares apresenta a

bibliografia sobre a população cigana estruturada a partir da sua pesquisa. Não sendo exaustiva, é central para os que se preocupam com o aprofundamento da forma como determinados contextos de coexistência inter-étnica promovem (ou não) a proximidade social.

Isabel Guerra